

12

GESTÃO E FINANCIAMENTO DO SUS: SUSTENTABILIDADE E EFICIÊNCIA NO SISTEMA PÚBLICO DE SAÚDE

▶ Evile Cristina Silva Rabelo

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduada em Enfermagem pelo Centro Universitário Dom Bosco - UNDB

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3145-2357>

▶ Taynara Camilo Coutinho

Titulação, Instituição/Afiliação: Enfermeira pela UEMG Esp. em Saúde Pública e Atenção Primária à Saúde pela UNESC

▶ Marcelo Henrique Santos

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduado em Odontologia e Mestre em Ciências da Saúde Coletiva pela Absoulute christian university

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8362-4348>

▶ Larisa Milena Fernandes Da Silva

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduada em Odontologia pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU

▶ Pedro Henrique De Olivera Da Silva

Titulação, Instituição/Afiliação: Graduando em Medicina pela Universidade de Itaúna - UIT

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-1878-0000>

▶ Jaíne Campos Vieira

Titulação, Instituição/Afiliação: Fisioterapeuta – UFPB e Pós-graduada em Saúde Coletiva

 ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-2596-7854>

▶ **Laíse Martins Pereira**

Titulação, Instituição/Afiliação: Nutricionista pela Universidade federal do Piauí

▶ **Kleyton Pereira de Lima**

Titulação, Instituição/Afiliação: Enfermeiro pela Universidade Regional do Cariri - URCA

 **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-9562-6871>

▶ **Isa Maria de Amorim Coutinho**

Titulação, Instituição/Afiliação: Médica pela UFPI

 **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0007-3891-6742>

▶ **Carlos Lopatiuk**

Titulação, Instituição/Afiliação: Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO

 **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0001-5918-0657>

RESUMO

INTRODUÇÃO: O Sistema Único de Saúde (SUS) é um pilar fundamental da saúde pública brasileira, garantindo o acesso universal e gratuito. No entanto, desafios relacionados ao financiamento, especialmente aqueles ligados às emendas parlamentares, comprometem a equidade e a eficiência do sistema. **OBJETIVO:** Analisar os mecanismos de financiamento do SUS, com foco nas transferências parlamentares, nas parcerias público-privadas e nas práticas de gestão financeira pública, propondo estratégias para promover a sustentabilidade e a eficiência. **METODOLOGIA:** Trata-se de uma revisão narrativa realizada nas bases de dados Scielo, PubMed, Web of Science e Google Scholar. Foram utilizados termos como "financiamento do SUS", "sustentabilidade financeira em saúde" e "parcerias público-privadas", aplicando operadores booleanos AND e OR. Os critérios de inclusão foram artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem diretamente mecanismos de financiamento e sustentabilidade no sistema de saúde. **RESULTADOS E DISCUSSÃO:** Os achados revelam que, embora as emendas parlamentares tenham ampliado a alocação de recursos entre 2015 e 2021, elas geraram assimetrias e ineficiências na distribuição. As parcerias público-privadas apresentam potencial para diversificação do financiamento, mas requerem regulamentação rigorosa. A gestão financeira pública eficiente, associada a estratégias inovadoras como o financiamento verde e avanços tecnológicos, é essencial para otimizar o uso dos recursos e garantir a sustentabilidade do sistema. **CONSIDERAÇÕES FINAIS** O fortalecimento de marcos regulatórios, a otimização da gestão financeira e o estímulo a parcerias bem estruturadas são estratégias cruciais para aprimorar a sustentabilidade e a equidade do SUS. Pesquisas futuras devem explorar os impactos do

PALAVRAS-CHAVES: Sistema Único de Saúde, Financiamento do SUS, Parcerias Público-Privadas, Gestão Financeira, Sustentabilidade em Saúde.

financiamento verde em contextos vulneráveis e a eficácia das parcerias público-privadas em realidades regionais distintas.

12 MANAGEMENT AND FINANCING OF SUS: SUSTAINABILITY AND EFFICIENCY IN THE PUBLIC HEALTH SYSTEM

ABSTRACT

INTRODUCTION: The Unified Health System (SUS) is a fundamental pillar of Brazilian public health, ensuring universal and free access. However, financing challenges, especially those related to parliamentary amendments, compromise equity and efficiency. **OBJECTIVE:** To analyze the financing mechanisms of SUS, focusing on parliamentary transfers, public-private partnerships, and public financial management practices, proposing strategies to enhance sustainability and efficiency. **METHODOLOGY:** This is a narrative review conducted using the databases Scielo, PubMed, Web of Science, and Google Scholar. The search employed terms such as "SUS financing," "financial sustainability in health," and "public-private partnerships," applying Boolean operators AND and OR. Inclusion criteria were articles published between 2015 and 2024, in Portuguese, English, or Spanish, directly addressing financing mechanisms and sustainability in the health system. **RESULTS AND DISCUSSION:** The findings reveal that although parliamentary amendments increased resource allocation between 2015 and 2021, they generated asymmetries and inefficiencies in resource distribution. Public-private partnerships present potential for diversifying financing but require strict regulation. Efficient public financial management, coupled with innovative strategies such as green financing and technological advancements, is essential for optimizing resource use and ensuring system sustainability. **FINAL CONSIDERATIONS:** Strengthening regulatory frameworks, optimizing financial management, and encouraging well-structured partnerships are crucial strategies to enhance the sustainability and equity of SUS. Future research should explore the impacts of green financing in vulnerable contexts and the effectiveness of public-private partnerships under different regional realities.

KEYWORDS: Unified Health System, SUS Financing, Public-Private Partnerships, Financial Management, Health Sustainability.

INTRODUÇÃO

O Sistema Único de Saúde (SUS) representa um dos maiores sistemas públicos de saúde do mundo, concebido com o propósito de garantir o acesso universal, integral e gratuito à saúde para toda a população brasileira. No entanto, o financiamento do SUS tem sido objeto de amplos debates, especialmente diante das crescentes demandas e das limitações orçamentárias enfrentadas nos últimos anos (Silva et al., 2024). As transferências federais por meio de emendas parlamentares, embora tenham ampliado o volume de recursos destinados aos municípios, têm gerado distorções na alocação desses recursos, promovendo assimetrias e desigualdades regionais que comprometem a eficiência e a equidade do sistema (Souza Queir et al., 2023).

O problema central reside na discrepância entre a lógica política que orienta as transferências parlamentares e as necessidades técnicas e assistenciais das regiões, o que acarreta ineficiências e desigualdades no acesso aos serviços de saúde. Essa realidade evidencia a necessidade de um aprimoramento na gestão financeira e na formulação de políticas públicas que priorizem critérios técnicos e transparentes para a alocação de recursos (Ravishankar et al., 2024). Justifica-se, portanto, a relevância desta pesquisa, considerando a urgência em propor estratégias que garantam a sustentabilidade financeira do SUS e a promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde em todo o território nacional.

A hipótese central deste estudo é que a adoção de critérios mais técnicos e transparentes para a alocação de recursos, associados ao fortalecimento das práticas de gestão financeira e ao estímulo de parcerias público-privadas bem reguladas, pode contribuir significativamente para a eficiência e a sustentabilidade do SUS.

O objetivo deste trabalho é analisar os mecanismos de financiamento do SUS, com ênfase nas transferências parlamentares, nas parcerias público-privadas e nas práticas de gestão financeira pública, propondo estratégias para a promoção da sustentabilidade e da eficiência no sistema.

METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa, cujo propósito foi sintetizar o conhecimento existente sobre os mecanismos de financiamento do SUS e suas implicações para a sustentabilidade e eficiência do sistema de saúde. A pesquisa foi realizada em bases de dados reconhecidas pela comunidade científica, incluindo Scielo, PubMed, Web of Science e Google Scholar.

Os termos de busca utilizados foram: "financiamento do SUS", "sustentabilidade financeira em saúde", "parcerias público-privadas em saúde", "gestão financeira pública" e "eficiência no sistema de

saúde". Para otimizar a busca, foram aplicados operadores booleanos como AND e OR. Por exemplo, um dos cruzamentos utilizados foi: ("financiamento do SUS" AND "sustentabilidade financeira") OR ("parcerias público-privadas" AND "gestão financeira pública").

Os critérios de inclusão adotados foram: artigos publicados entre 2015 e 2024, em português, inglês ou espanhol, que abordassem de forma direta os mecanismos de financiamento do SUS, práticas de gestão financeira e propostas de sustentabilidade no sistema de saúde. Excluíram-se estudos com recorte temporal anterior a 2015, artigos que não apresentavam dados empíricos ou análises relevantes sobre o tema e publicações que não estivessem disponíveis em texto completo.

A seleção dos artigos foi realizada em duas etapas: leitura dos títulos e resumos, seguida da leitura completa dos textos selecionados. Em caso de divergências na seleção, os artigos foram discutidos entre os pesquisadores para consenso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos evidenciam a complexidade intrínseca ao financiamento do Sistema Único de Saúde (SUS), especialmente quando se considera a dinâmica das transferências federais por meio de emendas parlamentares. Entre 2015 e 2021, observou-se um aumento expressivo no volume de recursos destinados aos municípios, com uma concentração significativa na região Nordeste e um foco marcante na atenção primária (Silva et al., 2024). Tal configuração, embora tenha ampliado o alcance dos serviços de saúde, também promoveu distorções e assimetrias no processo de alocação de recursos, uma vez que a distribuição orientada por interesses parlamentares pode desconsiderar critérios técnicos de equidade e necessidade assistencial. Assim, a lógica política que permeia essas transferências apresenta-se como um vetor de tensionamento no planejamento financeiro do SUS, comprometendo a homogeneidade da cobertura e a eficiência do sistema (Silva et al., 2024).

Essa constatação conduz à necessidade de refletir sobre a sustentabilidade financeira do SUS, sobretudo diante do envelhecimento populacional e da ampliação das demandas por serviços especializados. A proposta de parcerias público-privadas (PPPs) surge como um mecanismo potencial de alívio financeiro, permitindo a redistribuição de encargos e a mitigação de pressões fiscais sobre o setor público (Souza Queir et al., 2023). Entretanto, a viabilidade dessas parcerias requer a reavaliação das políticas de incentivos fiscais e a implementação de mecanismos regulatórios que assegurem a transparência, a eficiência e a integridade dos serviços prestados (Ravishankar et al., 2024). Apesar da promessa de alavancar investimentos, a integração entre o público e o privado precisa ser cuidadosamente delineada para evitar a perpetuação de desigualdades e a captura de recursos por interesses particulares (Sahoo et al., 2023).

Por conseguinte, é imprescindível considerar o impacto da gestão financeira pública (Public Financial Management – PFM) na eficiência do sistema de saúde. Estruturas e processos robustos de PFM são determinantes para a otimização da alocação de recursos, a redução de custos e a manutenção de incentivos adequados para os profissionais de saúde, contribuindo para um ambiente institucional mais sustentável e resiliente (Musiega et al., 2024). Nesse contexto, a capacidade de alinhar recursos às prioridades assistenciais e de implementar estratégias de compras eficientes desponta como um desafio premente, cuja superação demanda o fortalecimento das capacidades institucionais e a adoção de práticas gerenciais mais integradas e responsivas às necessidades locais (Karamagi et al., 2023).

Ademais, ao observar os modelos de financiamento em outras regiões, como África e BRICS, destaca-se a predominância de fontes públicas e a necessidade urgente de aprimorar os mecanismos de rastreamento de gastos. A transparência na gestão financeira não apenas assegura a accountability das instituições, mas também possibilita o planejamento mais acurado de políticas de saúde, promovendo uma distribuição mais equitativa de recursos (Sahoo et al., 2023). A sustentabilidade das organizações de saúde também passa pela melhoria das práticas de gestão e pelo fortalecimento da liderança e do engajamento clínico, elementos essenciais para garantir a continuidade e a eficiência dos serviços ofertados (Mostepaniuk et al., 2023).

Além disso, políticas inovadoras, como as de financiamento verde, demonstram potencial para melhorar a saúde pública por meio de investimentos em setores sustentáveis, como o desenvolvimento de indústrias verdes e o fortalecimento de cadeias de suprimentos alimentares mais saudáveis (Feng et al., 2024). Paralelamente, práticas modernas de gestão financeira pública, aliadas ao uso de tecnologias avançadas, podem aprimorar a eficiência e a responsabilidade na alocação de recursos, fortalecendo a sustentabilidade do sistema (Karia et al., 2024). Nesse cenário, a flexibilidade nos gastos e a utilização de sistemas de dados modernos emergem como estratégias centrais para enfrentar desafios de subfinanciamento e promover melhores resultados em saúde (Orr et al., 2023).

Portanto, a busca por maior sustentabilidade e eficiência no SUS demanda a conjugação de esforços em múltiplas frentes: desde a reestruturação das transferências parlamentares para garantir critérios mais técnicos e equitativos, passando pelo desenvolvimento de parcerias público-privadas pautadas por padrões rigorosos de controle e regulação (Souza Queir et al., 2023; Ravishankar et al., 2024), até o aprimoramento da gestão financeira pública, com vistas a garantir uma alocação racional e estratégica dos recursos (Musiega et al., 2024; Karamagi et al., 2023). Trata-se, em última análise, de uma empreitada que requer compromisso político, inovação gerencial e a construção de um pacto social orientado pela equidade, pela transparência e pela eficiência no cuidado à saúde da população brasileira (Orr et al., 2023; Karia et al., 2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os achados desta pesquisa evidenciam que, embora existam esforços para aprimorar o financiamento e a gestão do SUS, persistem lacunas no alinhamento entre recursos disponibilizados e necessidades reais das populações. A dependência de emendas parlamentares, apesar de ampliar o acesso a recursos, ainda não se mostra um mecanismo eficiente para assegurar equidade e sustentabilidade, reforçando a necessidade de revisão dos critérios de alocação. Paralelamente, as parcerias público-privadas, se bem regulamentadas, apresentam-se como alternativas promissoras para diversificar as fontes de financiamento, mas requerem um fortalecimento institucional robusto para garantir transparência e efetividade. Ademais, os mecanismos de gestão financeira, se aprimorados e modernizados, podem ser determinantes para otimizar a alocação de recursos e promover maior eficiência na prestação dos serviços de saúde.

Diante dos limites identificados, recomenda-se que pesquisas futuras investiguem, de forma aprofundada, os impactos de políticas de financiamento verde na sustentabilidade do sistema de saúde, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica. Ademais, estudos que analisem a eficácia das parcerias público-privadas sob perspectivas regionais distintas podem contribuir para a formulação de estratégias mais adaptadas às realidades locais. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas voltadas à avaliação dos efeitos da modernização das práticas de gestão financeira sobre a eficiência dos serviços de saúde, considerando aspectos como a redução de desperdícios, a melhoria dos resultados assistenciais e o fortalecimento da accountability institucional.

REFERÊNCIAS

FENG, T.; ZHOU, Q. Can green finance policy improve public health? **Glob Public Health**, v. 19, n. 1, p. 2406480, jan. 2024. DOI: 10.1080/17441692.2024.2406480. DOI:: <https://doi.org/10.1080/17441692.2024.2406480>.

KARAMAGI, H. C. et al. Financing health system elements in Africa: A scoping review. **PLoS One**, v. 18, n. 9, p. e0291371, 13 set. 2023. DOI: 10.1371/journal.pone.0291371.

KARIA, A. N. et al. Financial Management Practices in Public Health: Enhancing Sustainability and Accountability. **South Eastern European Journal of Public Health**, p. 135–145, 2024. DOI: 10.70135/seejph.vi.493. Disponível em: <https://www.seejph.com/index.php/seejph/article/view/493>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MOSTEPANIUK, A.; AKALIN, T.; PARISH, M. R. Practices Pursuing the Sustainability of A Healthcare Organization: A Systematic Review. **Sustainability**, v. 15, n. 3, p. 2353, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su15032353>.

MUSIEGA, A.; TSOFA, B.; BARASA, E. How does Public Financial Management (PFM) influence health system efficiency: A scoping review. **Wellcome Open Res**, v. 9, p. 566, 2 out. 2024. DOI: 10.12688/wellcomeopenres.22533.1.

ORR, J. M. et al. Contemporary Public Health Finance: Varied Definitions, Patterns, and Implications. **Annu Rev Public Health**, v. 45, n. 1, p. 359-374, maio 2024. DOI: 10.1146/annurev-publhealth-013023-111124.

RAVISHANKAR, N. et al. Reconciling devolution with health financing and public financial management: challenges and policy options for the health sector. **BMJ Glob Health**, v. 9, n. 5, p. e015216, 29 maio 2024. DOI: 10.1136/bmjgh-2024-015216.

SAHOO, P. M.; ROUT, H. S.; JAKOVLJEVIC, M. Dynamics of Health Financing among the BRICS: A Literature Review. **Sustainability**, v. 15, n. 16, p. 12385, 2023. DOI: <https://doi.org/10.3390/su151612385>.

SILVA, A. S. et al. Federal transfers to municipalities through parliamentary amendments: implications for SUS funding. **Ciencia & Saude Coletiva**, 2024.

SOUZA QUEIR, L. L. C. et al. Financing Public Health Expenditure in an Aging Society: The Role of Public-Private Partnerships in Health. **New Challenges in Accounting and Finance**, v. 9, p. 1-12, jan. 2023. DOI: 10.32038/NCAF.2023.09.01